

A Câmara Municipal de Arcos decreta e
 sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada neste município mais uma
 escola rural a se instalar em local determinado
 pelo Executivo Municipal.

Art. 2º - Fica criado, no quadro do funcionalis-
 mo municipal, mais um cargo de professor, com os
 vencimentos anuais de ~~brs~~ 5.400,00.-

Art. 3º - Para ocorrer às despesas referidas nesta lei,
 no corrente exercício, fica aberto o crédito especial de
~~brs~~ 3.600,00.-

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário,
 entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e exe-
 cução desta lei pertencer, que a cumpra e faça
 cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Arcos, 12 de Setembro de 1956.

V. L. de A.
 Prefeito Municipal

Josel Teixeria de Azevedo
 Secretário

Lei nº 146

Autoriza ressarcimento de despesas
 feitas com construção de bueiro e abre
 crédito especial.

A Câmara Municipal decreta e eu
 sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Arcos
 autorizada a pagar o Sr. Jorge Teodolmo Lealão
 a importância de ~~brs~~ 9.020,00 (nove mil e vinte
 cruzeiros), que lhe é devida pela Municipalidade,
 como ressarcimento do valor de custo das obras

de um bueiro que, por autorização do Governo Municipal anterior, mandou construir na avenida Governador Galadães, nesta cidade.

Art. 2º - Para ocorrer às despesas referidas no artigo anterior fica aberto o crédito especial de Cr\$ 9.020,00 (nove mil e vinte cruzeiros).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer que a cumpra e faça cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Arcos, 12 de Setembro de 1956.

X Vg. Del.
Prefeito Municipal

José Texeira Assunção
Secretário

Lei nº 147

Autoriza construção, reconstrução e conservação de estradas e pontes e abre crédito especial.

A Câmara Municipal de Arcos decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a executar, mediante concorrência pública ou administrativa, ou por administração própria, os serviços de construção, reconstrução e conservação de estradas e pontes, a contratar o pessoal necessário e adquirir os materiais e equipamentos exigidos, podendo despende, para esse fim, até a importância de Cr\$ 50.000,00 (Cinquenta mil cruzeiros).

Parágrafo único: - A despesa realizada por conta deste crédito não será considerada para comprovação da aplicação da quota recebida no corrente